

**HABEAS CORPUS Nº 548.668 - SP (2019/0357143-4)**

**RELATORA** : **MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE** : CRISTOFER POSTAL DOS SANTOS  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : CRISTOFER POSTAL DOS SANTOS  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**EMENTA**

*HABEAS CORPUS*. PENAL. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS ESSENCIAIS À ANÁLISE DA CONTROVÉRSIA. PETIÇÃO INICIAL LIMINARMENTE INDEFERIDA. REMESSA DOS AUTOS À DEFENSORIA PÚBLICA.

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado de próprio punho por CRISTOFER POSTAL DOS SANTOS, apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Neste *writ*, do que se pode depreender de suas alegações, o Impetrante/Paciente afirma que foi condenado às penas de 10 (dez) anos e 6 (seis) meses de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática do crime de tortura. Alega que a sentença condenatória transitou em julgado em 26/09/2017.

Assevera que, conforme recente julgado da Suprema Corte, não é possível a execução provisória da pena.

Requer, liminarmente e no mérito, a expedição de alvará de soltura em seu favor.

É o relatório.

Decido.

Verifico não ser possível analisar a viabilidade do pleito deduzido, em razão da instrução deficitária do *writ*, visto que a Parte Impetrante não acostou aos autos cópia das peças processuais que comprovem as razões da inicial, o que inviabiliza a análise do constrangimento ilegal alegado.

Como se sabe, compete à Defesa narrar e instruir completa e adequadamente

# Superior Tribunal de Justiça

o *habeas corpus* (ou seu respectivo recurso), v.g. STJ, HC n.º 245.430/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 21/02/2013, DJe 28/02/2013.

Dessa forma, como a Defesa não se desincumbiu do ônus de formar adequadamente os autos, olvidando-se de que o *habeas corpus* "*pressupõe prova pré-constituída do direito alegado*" (STJ, HC 437.808/RJ, Rel. Min. JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe de 28/06/2018), não há como apreciar o mérito do *writ*.

No mesmo sentido: HC n.º 508.081/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, DJe 08/05/2019; HC n.º 507.614/ES, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, DJe 08/05/2019; HC n.º 507.591/MG, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJe 08/05/2019; HC n.º 507.828/RJ, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, DJe 08/05/2019.

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 34, inciso XX, e 210 do RISTJ, INDEFIRO LIMINARMENTE a petição inicial.

Determino o envio dos autos à Defensoria Pública estadual para que avalie a situação do Paciente e adote as providências que entender cabíveis.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora